

CONSIDERAÇÕES SOBRE A DÍVIDA EXTERNA E SUBDESENVOLVIMENTO NO HAITI

CONSIDERATIONS ON EXTERNAL DEBT AND UNDERDEVELOPMENT IN HAITI

Stephat Pierre – stephatp@yahoo.fr
Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)¹ – Brasil

RESUMEN

Depois da revolução haitiana que aconteceu no final do século XIX, mais precisamente no ano 1804, a França como ex-colônia obrigou o Haiti a pagar uma indenização para reconhecer a sua independência. Essa indenização demorou mais de um século a ser paga, pois o valor dela correspondia a dez anos de receita fiscal do Haiti, naquela época, com isso, essa indenização acabou por criar dívidas, visto que o Haiti tinha que contrair empréstimos para pagá-la. Hoje temos uma sociedade haitiana onde 60% da população está vivendo em condições de urgência, com menos 2\$ por dia. Há outra parcela da população, cerca de 25%, mais empobrecida que está vivendo em condições de extrema urgência, com menos 1\$ por dia. Esses dados mostram que o Haiti hoje é um dos países mais pobres do mundo e o mais pobre da América Latina, pois o Estado haitiano não mostra capacidade para suprir as necessidades básicas para a população mais carente. Por isso, neste trabalho, buscou-se compreender se há uma relação entre a dívida externa e o subdesenvolvimento no Haiti. Nesse sentido, por entender que a capacidade fiscal do Estado, a capacidade da defesa nacional, a força das instituições públicas e a capacidade do Estado de promover a democracia são fatores chave para o desenvolvimento, foi analisado o impacto das dívidas nesses segmentos estatais. Entendemos que existe uma possível relação, considerando os impactos negativos que ela teve nas receitas fiscais do país.

Palavras chave: Haiti. Dívida externa. Subdesenvolvimento.

ABSTRACT

After the Haitian revolution took place in the late nineteenth century, more precisely in 1804, France as a former colony forced Haiti to pay an indemnity to be able to recognize its independence, this money took more than a century to pay, because this money corresponds to ten years of tax revenue. As a result, this indemnity ended up creating debts because Haiti had to borrow money to pay. Today we have a Haitian society where 60% of the population is living in urgent condition with less than \$ 2 a day, and 25% of the population is living in an extremely urgent condition with less than \$ 1 a day. These data have made Haiti one of the poorest countries in the world and the poorest in Latin America, where the Haitian state has no capacity to provide basic needs to the population. That's why in this research, we will seek to understand the relationship between foreign debt and underdevelopment in Haiti. As the fiscal capacity of the State, the defense capacity of the national State, the strength of public institutions and the capacity of the State to promote democracy are fundamental factors for development, we will see there is a possible relationship of these debts on these factors, the impact of debts in state segments was analyzed. We understand that there is a possible relationship, considering the negative impacts it had on the country's tax revenues.

Keywords: Haiti. External debt. Underdevelopment.

INTRODUCCIÓN

A ligação entre a dívida externa e o subdesenvolvimento não é tão clara. Porque poderíamos argumentar que ter uma grande dívida pública como observamos em muitos países desenvolvidos mostra a capacidade do estado para aumentar os impostos e serviços da dívida no tempo. Neste caso, a razão dívida/PIB poderia ser entendido como um passo para o desenvolvimento. Mas, por outro lado, permitir que uma grande parcela das receitas estatais para o serviço da dívida, pode ser prejudicial, especialmente porque os primeiros cortes no orçamento do estado são gastos da

¹ O presente artigo é resultado do Trabalho de Conclusão de Curso do autor na UNILA, 2019.

educação e infraestrutura, em segurança nacional e as políticas sociais. No caso do Haiti como um país que tem sua história e trajetória mundial marcada pela ruptura contra o sistema escravagista no início do século XIX, mais precisamente no ano 1804, em que se tornou o primeiro país negro livre e independente do mundo por meio da revolução que ficou conhecida como “a revolução haitiana”. Essa independência tinha um preço a ser pago, porque vinte um ano depois, mais precisamente em 1825, a França obriga o Haiti a pagar uma indenização, o Haiti demorou quase um século para pagá-la e também contraiu dívidas, porque para poder pagá-la os governos haitianos tinham que fazer empréstimos que não eram para investir na educação, saúde, infraestruturas não, mas direcionados ao pagamento dessa indenização.

Agora, após dois séculos, o país está passando por situações muito complexas, sobretudo de necessidades básicas como a precariedade na distribuição de água, energia, alimentação, moradia, segurança e saúde, se tornando bens de luxo. As situações sociopolíticas e econômicas afetam a população mais vulneráveis do Haiti, pois os problemas de subemprego e de desemprego em massa impactam mais de 60% da população economicamente ativa, juntamente com uma inflação de 20% enfrentada anualmente contribuem para o empobrecimento crescente de grandes setores da sociedade, onde mais de 25% da população total vive na linha de extrema pobreza (BANCO MUNDIAL, 2019). Até mesmo a pequena classe média está ficando mais pobre a cada dia, esta pobreza generalizada que tem como consequências a desigualdade social e econômica, a multiplicação de gangues armadas, a deslocalização das famílias que fazem o espaço urbano está completamente fragmentada devido ao aumento da população, fator que contribui para a situação de imigração dos jovens haitianos para os países estrangeiros, assim, mais de 12% da população haitiana vive fora do país.

Para entender melhor as situações econômicas políticos e sociais no Haiti, fazemos uma comparação com a de outros países da América-Latina, nesta comparação vamos ver como o PIB per capita a preços constantes do Uruguai cresceu sem parar durante os anos 1984 até 2002, mesmo com pequenas oscilações, desde 2004 até 2016, ele é sendo crescente. O PIB per capita a preços constantes do Brasil saiu de 12000 no ano 80 caiu para 10000 no ano 1984, de 1985 até 1989 teve um crescimento bem pequeno, mas de 2004 até 2014 o crescimento do PIB per capita preços constantes na economia brasileira cresceu exponencialmente. No caso da República Dominicana que tem um crescimento muito interessante onde o PIB per capita a preços constantes saiu de 5000 no ano 1980 passou para 16000 dólares em 2018, já o PIB per capita a preços constante do Honduras saiu de 2500 dólares desde no ano 1980 até 2000, de 2000 até 2018 teve um crescimento pouco significativo. No caso do Haiti é muito visível a fragilidade da economia haitiana porque segundo o gráfico desde no ano 1980 até 2018 o PIB per capita a preços constantes da economia haitiana são os mesmos 2500 dólares.

Também é importante para refletir um pouco a respeito da situação economia do Haiti durante as últimas duas décadas, porque na verdade durante estes últimos vinte anos o Haiti conheceu momentos muito difíceis que afetaram o crescimento da economia do país, como a instabilidade política, a ignorância dos governantes, as fraquezas institucionais e os desastres naturais (Furacão, terremoto) e a corrupção.

E também trataremos sobre a capacidade do Estado haitiano. Onde veremos que o Haiti é um Estado pequeno e fraco porque o Estado quase não existe pela população haitiana, segundo UNICEF (2019) 90% instituição educacional está administrado pelo setor privado, a outra 10% que estão administradas pelo setor público não tem uma educação de qualidade, acesso a saúde pública no Haiti é muito complicado.

Neste trabalho também vamos mostrar a necessidade para que o Estado se desenvolva, com isso falamos do papel do Estado na sociedade. Segundo a teoria do desenvolvimento, no pós-guerra iniciou nos anos 50 e 60 com a premissa de que os aparelhos de Estado podiam ser usados para promover a mudança estrutural o principal encargo do Estado era acelerar a industrialização, mas

também se esperava que desempenhasse um papel na modernização da agricultura e no fornecimento da infraestrutura necessária à urbanização.

E os instrumentos que são necessários para esse desenvolvimento como a capacidade militar, a capacidade Estatal, a capacidade fiscal do Estado e promover a democracia. E fazemos uma análise histórica bem metodológica com várias teorias do desenvolvimento de ver se os Estados latino-americanos possuem esses instrumentos. E também com alguns dados macroeconômicos analisamos o Estado haitiano para ver também se o Haiti tem esses instrumentos.

Neste trabalho também falamos sobre a história da dívida haitiana que se divide em três fases, onde a primeira fase começou no ano 1825 com a ordem de Charles X que era o Rei da França que obrigou o Haiti a pagar uma indenização para reconhecer a sua independência. A segunda fase da dívida haitiana começou no ano 1900 até 1945 e a última fase da dívida haitiana que começou no ano 1970 até 2009.

Objetivo desse trabalho é entender se há uma relação entre a dívida pública do Haiti e o subdesenvolvimento no país, porque como a primeira dívida do Haiti não é um dinheiro que o país emprestou para investir no desenvolvimento, mas é um dinheiro que foi uma obrigação a pagar na forma como uma indenização, esse valor foi estimado a 150 milhões de franco e que era um equivalente de dez anos da receita fiscal do Haiti, com isso o país buscou empréstimos, com taxa de juros alta para pagá-la. Fazer empréstimo para pagar uma indenização com um objetivo de reconhecer a independência do país, isso criar dívida. Neste caso podemos fazer uma relação entre a indenização, empréstimo e a independência para chamar lá “a dívida da independência do Haiti”. A dívida da independência do Haiti podemos definir lá como os empréstimos que o Haiti fez para pagar a indenização para a França com um objetivo de reconhecer a sua independência e evitar uma invasão francesa no Haiti, essa dívida começou no ano 1825 e terminou depois da segunda Guerra Mundial Topsisom (2018)

PANORAMA ECONÔMICO E SOCIAL DO HAITI

Objetivo deste tópico é trazer um panorama geral sobre a situação política, econômica e social do Haiti. Primeiro abordaremos o tema da pobreza no Haiti, comparada com a de outros países da América-Latina, logo após será apresentada a situação econômica do Haiti durante as últimas duas décadas e por fim trataremos sobre a capacidade do Estado haitiano.

O Haiti é um país rico ou pobre em comparação com outros países da América Latina?

É O Haiti é um país que tem sua história e trajetória mundial marcada pela a ruptura contra o sistema escravagista no início do século XIX, mais precisamente no ano 1804, por meio da revolução que ficou conhecida como “A *revolução haitiana*” No entanto hoje o país está passando por situações muito complexas, sobretudo as de necessidades básicas como a precariedade na distribuição de água, energia, alimentação, moradia, segurança e saúde, se tornando estas bem de luxo.

Segundo o Banco Mundial (2019), o produto interno bruto per capita no Haiti no ano 2018 foi \$870 e um índice de desenvolvimento humano de 0,498 no um Ranking 168 de 188 países em 2018 onde mais de 60% da população haitiana vivem abaixo da linha de pobreza em menos de \$2 por dia, e mais de 25% dela está vivendo abaixo da linha de extrema pobreza em \$1.23 por dia, isso faz de o Haiti tornar-se um dos países mais pobres do mundo e mais pobre na américa-latina. O Haiti tem uma inflação de dois dígitos que estão em progresso anualmente, isso fez que o custo da

vida aumento que também ocasionar a depreciação da moeda nacional (gourdes) de uma taxa de 25%.

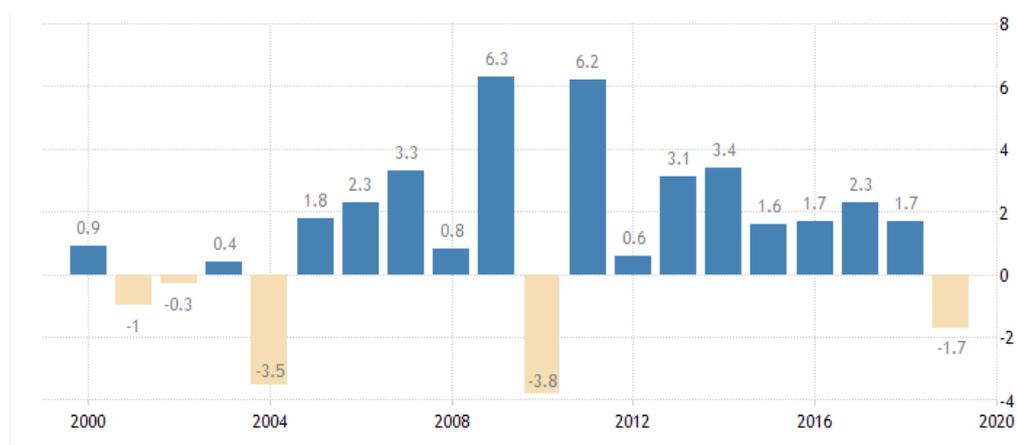
Este contexto está atrelado a uma crise política sistêmica que têm como base a corrupção e a incapacidade de governar, ou seja, a ignorância como dizer D. Arcemolou e D. Robinson (2012).

Essa crise sistêmica afeta negativamente a sociedade haitiana, porque nesses últimos 20 anos o país foi marcado por tensões sócio-políticas até mesmo que levaram a paralizações em atividades econômicas e sociais no país todo, afetando assim uma grande parte da população haitiana que são depende do comércio com as grandes cidades para fornecimentos acesso a serviços básicos, com isso os preços mensais das cestas básicas aumentaram.

As situações sociopolíticas e econômicas afetam a população mais vulneráveis do Haiti, pois os problemas de subemprego e de desemprego em massa impactam mais de 60% da população economicamente ativa, juntamente com uma inflação de 20% enfrentada anualmente, contribuem para o empobrecimento crescente de grandes setores da sociedade, onde mais de 25% da população total vive em extrema pobreza (BANCO MUNDIAL, 2019). Até mesmo a pequena classe média está ficando mais pobre a cada dia, esta pobreza generalizada que tem como consequências a desigualdade social e econômica, a multiplicação de gangues armadas, a deslocalização das famílias que faz o espaço urbano está completamente fragmentada devido ao aumento da população, e uma das consequências levar também essa situação e a imigração dos jovens haitianos para os países estrangeiros, mais de 12% da população haitiana vive na fora do país PNUD (2019).

Para entender melhor a situação econômica do Haiti, abaixo está o conjunto completo de dados a respeito da taxa do crescimento da economia haitiana durante os últimos 20 anos.

Figura 1 – Taxa do crescimento da economia haitiana (2000 –2020)



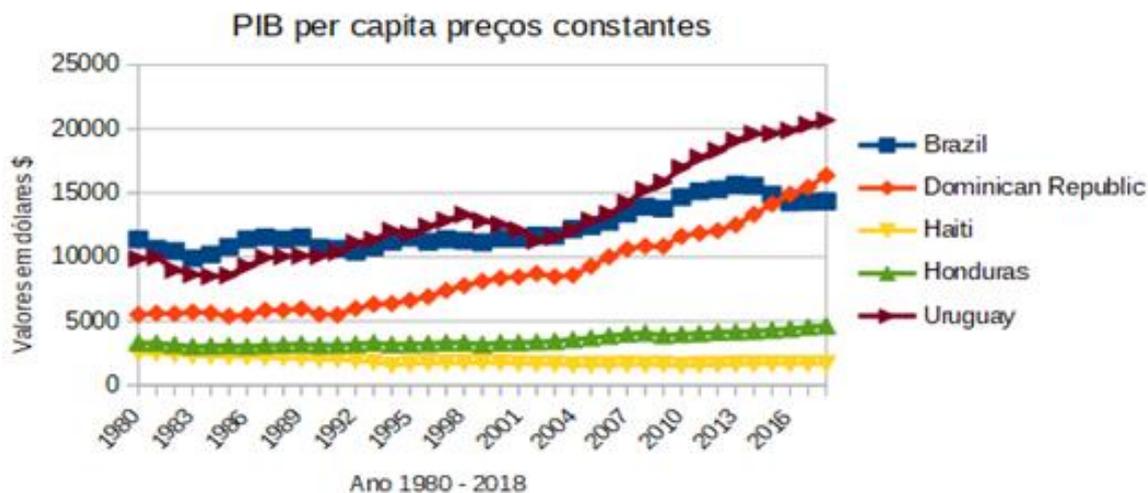
Fonte: data.worldbank.org

Na Figura 1 é possível de observar a precariedade da economia haitiana que foi afetada por crises políticos nos anos 2001 e 2002 e no ano de 2004 por um golpe de Estado contra o presidente, isso paralisar as atividades econômico do país, tanto pelo setor privado e público como consequências aumento a pobreza e a desigualdade social no país. O motivo do decréscimo econômico no ano de 2010 foi pelo terremoto que passou no país em janeiro do ano corrente e em 2019 foi a crise político de novo.

Para entender melhor a situação econômica haitiana comparativamente com outros países da América-latina, faremos uma comparação com alguns países dela, por meio de um gráfico com o PIB per capita a preços constantes, sendo eles; Brasil que é o maior país da América-latina no plano territorial, Uruguai que tem uma economia estável durante as duas últimas décadas segundo BID

(2019), Honduras, a razão de incluir Honduras é que se trata de uma economia instável na América Latina e a República Dominicana que compartilhar a mesma ilha com o Haiti.

Figura 2 - PIB per capita preços constante do Haiti (1980 – 2018), base 2011.



Fonte: data.worldbank.org

Nesta comparação veremos que o PIB per capita a preços constantes do Uruguai cresceu sem parar durante os anos 1984 até 2002, mesmo com pequenas oscilações, desde 2004 até 2016, o PIB per capita a preços constantes é crescente. O PIB per capita a preços constantes do Brasil saiu de 12000 no ano 80 caiu para 10000 no ano 1984, de 1985 até 1989 teve um crescimento bem pequeno, mas de 2004 até 2014 o crescimento do PIB per capita a preços constantes na economia brasileira cresceu exponencialmente. No caso da República Dominicana que tem um crescimento muito interessante onde o PIB per capita a preços constantes saiu de 5000 no ano 1980 passou para 16000 dólares em 2018, já o PIB per capita a preços constantes do Honduras saiu de 2500 dólares no ano 1980 ficou linear até no ano de 2000, porém de 2000 até 2018 teve um crescimento pouco significativo. No caso do Haiti é muito visível a fragilidade da economia haitiana porque segundo o gráfico desde no ano 1980 até 2018 o PIB per capita a preços constantes da economia haitiana são os mesmos 2500 dólares.

O índice de Gini, como um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo, aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos, onde mais próximo de 0 é menor a desigualdade e mais próximo de 1 é mais desigualdade.

Na tabela 1 - Esboçaremos os dados de índice de Gini do Haiti em comparação com os países supracitados antes, no ano 2012,

Quadro 1 – do Brasil, Haiti, Uruguai, Honduras, República Dominicana no ano 2012

País	Índice de Gini 2012
Brasil	52,7
Haiti	41,1

Honduras	56,1
R. Dominicana	46,1
Uruguai	39,9

Fonte: data.worldbank.org

Analisamos o quadro 1, percebemos que Honduras apresentou o índice de Gini mais elevado de 56,1%, o Uruguai com o menor índice de 39,9% enquanto o Haiti está com um índice de 41,1%, a República Dominicana 46,1% e o Brasil com 52,7%.

Neste caso podemos dizer que o Brasil, República Dominicana, e Honduras há mais desigualdade econômica que no Haiti, portanto no Uruguai desigualdade é menor. Importante ressaltar também que a maior concentração da renda em um país em comparação com um outro não significa que esse país é mais pobre que outro, essa argumentação ficou bem clara na comparação dos índices de Gini entre Brasil, Haiti, Honduras, Uruguai e a República Dominicana onde há mais concentração da renda nos alguns países do quadro que no Haiti, mas, segundo dados macroeconômicos mencionados anteriormente no trabalho mostram que a pobreza no Haiti é maior.

Instabilidade política, fraqueza institucional e desastres naturais

Haiti, a primeira República negra do mundo; pioneiro dos direitos humanos e da democracia; mãe da liberdade, mas que, dois séculos mais tarde, ainda está lutando para construir uma democracia. Desde a sociogênese do Estado haitiano, a política tem sofrido com o mal crônico da crise estrutural. Nem um período em nossa história de pessoas livres está livre deste destino maligno. Parece que o Haiti é uma República de crises.

Nos últimos 20 anos, as condições socioeconômicas do país estão se deteriorando. Se no início do século XX o país poderia contar com a sua produção agrícola, que representou mais de 70% do produto interno bruto, dos quais 50% veio apenas de café, agora é diferente porque é uma economia que depende quase do exterior como diáspora haitiana e ajuda Internacional.

A Instituição como conjunto de regras e norma estabelecidas para satisfação de interesse coletivo, digamos assim como um organizador de expectativas, o Estado como um produto da história, uma expressão organizada da sociedade em um estágio avançado de maturação das relações sociais antagônicas, em um momento em que a riqueza criada é a desigualmente compartilhada. As instituições que compõem o Estado são, portanto, o produto de estruturas econômicas complexas e a da evolução dinâmica das relações sociais associadas a eles, em uma determinada sociedade. Assim, emergiram, onde se tornaram indispensáveis ao funcionamento "normal" dos grupos sociais com interesses antagônicos. As classes sociais com interesses divergentes não podem sobreviver sem instituições estatais ou risco de autodestruição. O papel do Estado através das suas instituições é precisamente o de manter a "ordem", limitando os conflitos dentro dos limites do aceitável.

Segundo D. Acemoglu e J. Robinson existe instituições políticas extrativistas e inclusivas, instituições políticas inclusivas aplicando no compartilhamento do poder e das decisões tomado pela sociedade e outro lado instituições políticas extrativistas está sendo aplicar a concentração do poder e a diminuição da difusão dos benefícios para sociedade (D. Acemoglu e J. Robinson, 2012, p 62).

No que diz respeito a desastres naturais, o Haiti foi devastado por um terrível terremoto em 2010, teve três anos de seca causada por *El Niño*, antes de ser atingido em 4 de outubro de 2013 pelo furacão Matthew. Da mesma forma, é o país que registrou mais mortes nos últimos 20 anos, com uma quantidade de 229.699 relacionados a desastres naturais, de acordo com um ONU (2016).

No caso do Haiti a relação entre pobreza e desastre natural é bem claro porque depois terremoto que devastou quase todo o país as desigualdades foram ainda mais crescentes. Segundo o Ministério do Interior e da Coletividade Territorial da República do Haiti, em 2010 mais que 230 mil pessoas perderam a vida e aproximadamente 313 mil casas foram destruídas pela catástrofe. Dentre as infraestruturas afetadas estavam mais de 1.300 instituições educacionais, 50 hospitais e o Centro de Saúde, que destruídos, tornaram-se inutilizáveis. Até mesmo o Palácio Presidencial e o Parlamento foram arrasados. Ao todo, 15% da população total do Haiti foi afetada diretamente pela catástrofe. No plano econômico o país perdeu mais de 7,9 bilhões de dólares - o equivalente a 120% do PIB do ano anterior. Os setores secundário e terciário foram os mais afetados. A passagem do furacão *Thomas*, em setembro do ano corrente, afetou o setor primário, especialmente a agricultura. A taxa de crescimento global foi de -5,5% contra uma previsão de 4%.

Contudo desastres naturais, além de ter efeitos adversos sobre a produção, representam um grande obstáculo para o crescimento da economia haitiana, mas é importante dizer também que muitas pessoas foram vítimas dos desastres naturais e pela centralização, ou seja, falta das políticas públicas adequada e de reparação social.

A corrupção e o Estado no Haiti

De acordo com (Silva, Freitas e Bandeira 2001) o crescimento econômico de um país é afetado negativamente pela corrupção, pois diminui a produtividade marginal do capital e reduz o PIB per capita. Além disso, a prática de corrupção proporciona um impacto negativo na taxa de juros de longo prazo.

Outros estudos destes autores mostram o impacto da corrupção em outros fatores além do crescimento. Segundo (Tanzi e Davoodi 1998) a corrupção é diretamente correlacionada com a baixa qualidade das infraestruturas públicas, o aumento do investimento público e diminuição da receita governamental. Segundo eles, quando falta controle e fiscalização nas instituições as decisões sobre investimento público ficam distorcidas. Eles mostram que a corrupção induz ao aumento de investimento público. Ou seja, quanto maior o volume de recursos disponíveis, maior o montante desviado e, conseqüentemente, maior será a necessidade de recursos provenientes desses investimentos.

No Haiti nessas duas últimas décadas a corrupção aumentou muito no país especialmente nas instituições públicas, o índice de percepção de corrupção da Transparency International para 2008 classificou o Haiti como o quarto país mais corrupto do mundo. Esse mesmo índice para o ano de 2013 classificou o Haiti como o país mais corrupto da região caribenha, classificando 163 sobre 177 países e para o ano de 2018 classificou Haiti 161 de 180.

A aliança *Petrocaribe* foi criada pelo ex-presidente da República Bolivariana da Venezuela, Hugo Rafael Chávez Frias, permitindo que alguns Estados Caribenhos comprassem petróleo venezuelano em termos preferenciais. A economia deste acordo deveria financiar projetos sociais sustentáveis e investimentos estratégicos para ajudar o país mais pobre do hemisfério ocidental com o desenvolvimento, mas no Haiti nunca aconteceu os benefícios prometidos. Segundo Cours Supérieur des Comptes et du Contencieux Administratif (CSCCA) mostra que o Fundo de *Petrocaribe* nunca utilizou os projetos sociais sustentáveis e investimento estratégicos, mais de 4

bilhões dólares se gastou sem ter nenhuma identificação, onde que os dirigentes foram investir esse fundo, CSCCA (2019).

A corrupção no Haiti é sistêmica na administração é preenchida por senadores, legisladores que usam suas posições para nomear seus amigos, suas famílias, pessoas sem experiência ou especialização. Essas práticas de corrupção colocam em dúvida a credibilidade das instituições, sem dúvida instituições fragilizadas influenciam os incentivos dos agentes e mudam a decisão deles em relação a investimentos na economia. Além disso, os custos de empreender e dos bens que dependem de serviços públicos ficam mais elevados e, portanto, influenciam diretamente na renda da população haitiana.

Para falar do Estado no Haiti, partimos desde o Marx que compreende o Estado como uma relação entre a infraestrutura e a superestrutura, a infraestrutura é a base econômica, ou melhor, é o conjunto das relações de produção que corresponde a um passado determinado do desenvolvimento das forças produtivas.

Estado grande cobra muito imposto e está muito presente na vida do país. como promoveu a democratização do acesso à educação, a universalização o acesso aos cuidados de saúde e às prestações sociais, a construção de infraestruturas e uma rede de serviços públicos, a promoção do sistema científico e tecnológico e o fornecimento de bens e serviços.

O Estado pequeno e fraco é o contrário do Estado grande e forte, tem poucos impostos, poucos funcionários e influi pouco no dia-a-dia dos cidadãos, deixando as decisões importantes para o mercado. É importante para dizer que a corrupção é o sinal de Estado pequeno e fraco. E também nesse Estado a elite que o dirige está comprometida com a manutenção do “status quo”.

Com isso podemos dizer que o Haiti ele é um Estado pequeno e fraco porque o Estado quase não existe pela população haitiana, segundo UNICEF (2019) 90% instituição educacional está administrado pelo setor privado, a outra 10% que estão administradas pelo setor público não tem uma educação de qualidade, acesso a saúde pública no Haiti é muito complicado OMS (2018).

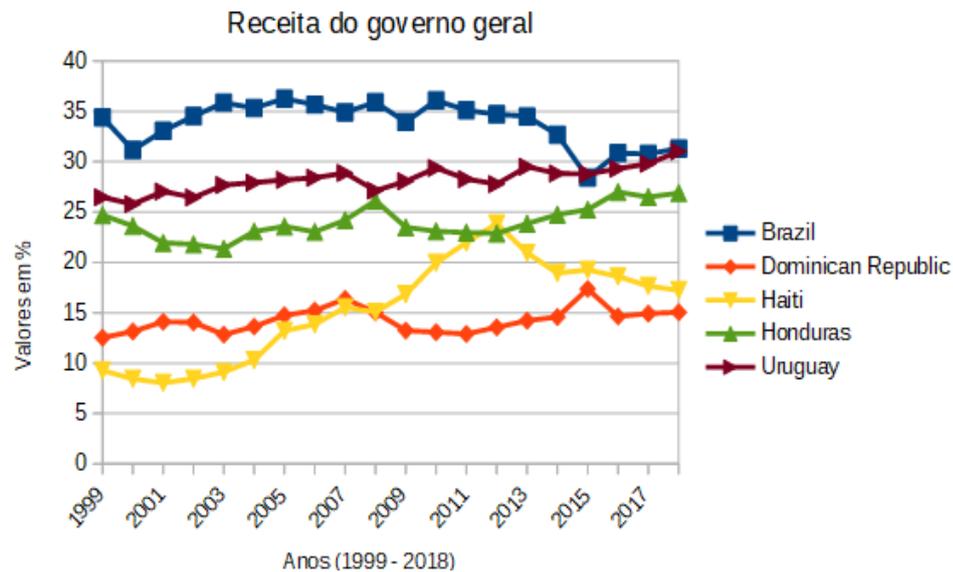
O veredicto do último relatório de cinco anos da Organização Pan-Americana da saúde (OPAS) (2013-2017) intitulada “saúde nas Américas 2017” é definitivo. O Haiti é 34º na lista dos países menos saudáveis na América. O relatório analisou o caso dos 34 países do continente e o Haiti é 34º país. De acordo com o relatório desse mesmo ano, o Haiti investiu menos de 2% do seu produto interno bruto (PIB) nos cuidados de saúde nos últimos cinco anos, enquanto o mínimo recomendado é de 6%. Com apenas 4,3% do seu orçamento de saúde, o Haiti está longe das recomendações da OPAS/OMS, o que sugere que 15% das despesas com a saúde devem vir do orçamento nacional em países de baixa renda.

Pela falta da segurança a taxa da criminalidade está crescendo cada vez mais. Segundo o Max Weber o Estado e a violência são especialmente íntimos, conheceram o uso da força física como perfeitamente normal. O Estado é uma comunidade humana que prende, o monopólio com êxito de uso da força física dentro de um determinado território. (Max Weber, 1918, p 57).

Neste caso podemos dizer que uma das características de um Estado forte é o monopólio da violência que ele tem, mas para ter esse monopólio o Estado tem que ter a capacidade para responder com as necessidades básicas da população, e forte investimento no gasto social, caso contrário haverá um outro Estado que nascerá dentro do Estado. Outro Estado nesse contexto é grupo armado que terá capacidade de controlar uma parte no espaço geográfico do Estado original. É importante dizer também que muito investimento nos gastos sociais e a capacidade de responder com as necessidades básicas da população não é automaticamente terá o monopólio da violência, porque haverá outros fatores como carteis, grupo de frações. Mas no caso do Haiti não há esses fatores, é para isso podemos confirmar que a falta do investimento nos gastos sociais no Haiti estimula a violência no país.

Abaixo, abordaremos a receita do governo haitiano por meio de um gráfico do ano 1999 até 2018, com um objetivo de entender melhor a respeito da arrecadação do governo haitiano.

Figura – 3 Receita do governo geral (1999 – 2018)



Fonte: data.worldbank.com

Analisamos a Figura 3, percebemos que o Haiti tinha a menor arrecadação na receita geral em relação a moeda nacional nos anos 1999 até 2008, nesta última década a República Dominicana tem a menor arrecadação em receita do governo geral, o Brasil ficou no primeiro lugar, Uruguai segundo e a Honduras terceira, porém no ano 2014 o Haiti ficou no terceiro lugar.

O PAPEL DO ESTADO NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO

Esta seção objetiva mostrar o que é preciso para que o Estado seja considerado desenvolvido, com isso falaremos um pouco sobre os instrumentos que são necessários para esse desenvolvimento, assim como trataremos um percurso do processo histórico com aportes metodológicos de teorias de desenvolvimento dos Estados Latinos – Americanos. Por fim com alguns dados macroeconômicos analisaremos as condições do Estado haitiano.

Capacidade Estatal e Desenvolvimento

Antes de mostrar porque o Estado é necessário ao desenvolvimento, primeiro gostaria de deixar bem claro o papel do Estado na sociedade, segundo a teoria do desenvolvimento no pós-guerra, iniciada nos anos 50 e 60, com a premissa de que os aparelhos de Estado podiam ser usados para promover a mudança estrutural o principal encargo do Estado era acelerar a industrialização, mas também se esperava que desempenhasse um papel na modernização da agricultura e no fornecimento da infraestrutura necessária à urbanização (PNUD 2018, p. 25)

Então neste caso podemos dizer que no processo de desenvolvimento de um Estado é fundamental porque o governo tem um papel muito importante nas atividades produtivas e através de sua política monetária e fiscal orientam a direção das atividades econômicas, também determinam a distribuição de bens e serviços na economia, mantem os serviços públicos, influencia o uso de recursos, a distribuição de renda, controla a quantidade de dinheiro, as flutuações, garanti o pleno emprego e influencia o nível de investimento. Segundo Peter Evans (1993) o Estado permanece central ao processo de mudança estrutural, mesmo quando a mudança é definida como ajuste estrutural, O reconhecimento da centralidade do Estado inevitavelmente remete de novo a questões sobre a capacidade de ação do Estado

Neste caso o papel e a responsabilidade do Estado sobre o mercado são muito importante, porque, o mercado que é um conjunto de estruturas sociais dentro das quais se realizam as trocas, o Estado deveria ser o agente das políticas que interferem nele e faz parcerias com o setor privado, com isso o Estado deveria propiciar incentivos desequilibradores para induzir os capitalistas privados a investir e ao mesmo tempo estar pronto a aliviar gargalos que estejam criando desincentivos ao investimento. Digamos assim o Estado deveria envolver um grau elevado de responsividade ao capital privado.

Segundo Banco Mundial (1997, p.20) o Estado é capaz de agir de modo autônomo pode fornecer bem coletivo essencial para a população. Neste caso podemos dizer que o Estado tem um papel fundamental a desempenhar no desenvolvimento socioeconômico, como o aumento dos salários no setor público e privado, o poder aquisitivo, seu fácil acesso aos serviços sociais básicos (saúde, educação, habitação, emprego, etc.), com isso o Estado deveria tem capacidade para responder a esses serviços básicos, porque são fundamentais para garantir um futuro melhor para a população, com a missão de aplicar políticas públicas equitativas.

O Estado é necessário ao desenvolvimento ele tem o poder político, e o monopólio das instituições públicas, com isso ele pode decidir qual tipo de política que aplicará para desenvolver a sociedade, é importante dizer que aplicação de um modelo político não significa automaticamente que o país esteja no caminho do desenvolvimento, porque isso depende dos vários fatores como a capacidade política do governo, o profissionalismo do Estado e a eficácia nas instituições públicas. Segundo Peter Evans:

O reconhecimento da importância da capacidade de ação do Estado não apenas no sentido da perícia e perspicácia dos tecnocratas no interior do aparelho de Estado, mas também no sentido de uma estrutura institucional que seja durável e efetiva — é característica da "terceira onda" de pensamento sobre o Estado e o desenvolvimento. As expectativas otimistas irrealistas relativas ao Estado enquanto instrumento de desenvolvimento, que caracterizaram a "primeira onda", foram exorcizadas, mas também o foram as visões utópicas de que o papel do Estado podia se limitar ao policiamento para impedir violações de direitos de propriedade. Entre os que trabalham com problemas de ajuste. Sua análise do processo de ajuste admite que a capacidade de lidar com problemas específicos como a estabilização e o ajuste está enraizada nas características gerais difusas do aparelho de Estado e sua relação com estruturas sociais circundantes e que estas, por sua vez, são consequências de processos de mudança estrutural de longo prazo. (Peter Evans 1993, p. 52)

Neste caso as transformações industriais, as reformas institucionais a autoavaliação do Estado é superimportante, para poder analisar a correlação genérica entre seu desempenho em relação a suas diferentes missões. Ou seja, o Estado é necessário ao desenvolvimento porque nas mudanças organizacionais ele desempenha um papel importante no processo de desenvolvimento econômico que depende seus políticos. O Estado pode desenvolver os meios de transporte e comunicações para expandir a dimensão do mercado, uma vez que as empresas privadas não podem ser capazes de realizar tais regimes.

Além disso, o Estado pode ajudar no crescimento da agricultura e das indústrias, nas organizações do mercado de trabalho, como estabelece a relação entre os empregadores e os

empregados que aumenta a eficiência do trabalho que, por sua vez, aumenta a produção e reduz o custo. As medidas para formular e implementar uma política industrial criteriosa, deve centrar-se na descentralização das indústrias que podem espalhar-se por todo o país sem qualquer interferência política, isto é o dever do Estado.

Também uma política para promover as exportações que podem substituir as importações, o que, por sua vez, será útil para o rápido desenvolvimento económico. Devem ser tomadas medidas especiais para estabelecer indústrias de campo e de pequena escala nas zonas rurais, para que os recursos locais possam ser utilizados, proporcionando maiores oportunidades de emprego para as pessoas rurais. Para além deste Estado, devemos tentar impedir o surgimento de organizações monopolistas com a concentração de riqueza em poucos bolsos. Enfim tudo isso fará um Estado necessário ao desenvolvimento.

Os instrumentos necessários para o Estado influir no processo de desenvolvimento

Para o Estado influir no desenvolvimento alguns instrumentos são necessários para fazê-lo como: **a capacidade militar** que representa a habilidade do Estado para superar as ações rebeldes que se lançam com força contra a força armada do país, para isso o pessoal militar per capita e os gastos militar per capita é muito importante para soberania do país (CARDENAS, 1995, p.61).

Considerando que a força armada é para manter a ordem e exercer seus vários papéis para ajudar a população (deve ser capaz de lidar com todas as crises possíveis) e suas principais funções: conhecer, antecipar, prevenir, dissuadir, proteger, intervir e não para prender criminosos ou terroristas, mas para tranquilizar os cidadãos. É uma ferramenta de comunicação política, e de segurança nacional, a presença dos militares são muito importantes nas fronteiras. Segundo Cárdenas (1999, p. 54) “la capacidad militar es en gran medida, un reflejo de la habilidad del Estado para recaudar impuestos y proporcionar bienes públicos”. Neste caso podemos dizer que a capacidade militar é um instrumento necessário para o Estado influir no desenvolvimento.

Outro instrumento necessário para o Estado influir no desenvolvimento é a **capacidade Estatal** segundo Cárdenas (1995, p. 21) que é “*el resultado de las decisiones adoptadas por los gobiernos que tienen diferentes incentivos y restricciones según las instituciones políticas relevantes*”.

As bases de um setor público eficaz seriam muito importantes porque uma administração que funciona bem pode contribuir para o crescimento e reduzir a pobreza, também pode ajudar estabelecer boas direções e fornecer ao menos custo bens e serviços públicos essenciais. Neste caso administração pública deveria ser preenchida pelas pessoas qualificadas, para fazer melhor o uso dos recursos públicos, orientar de forma mais eficaz esses recursos para trazer resultados positivos no fornecimento de bens e serviços, com o objetivo de influenciar as políticas sociais, económicas permitindo que o Estado seja mais forte defensor da mudança.

Os Estados desenvolvimentistas têm se beneficiado de extraordinárias capacidades administrativas, mas também restringem suas intervenções às necessidades estratégicas de um projeto transformador, utilizando seu poder para seletivamente impor forças de mercado, Peter Evans (1993).

A Burocracia segundo Wade (1993) como um "mecanismo filtrante", concentrando a atenção dos planejadores políticos e do setor privado em produtos e processos cruciais ao futuro crescimento industrial. Isso implica mudanças políticas a nível institucional, sobretudo na questão do desempenho de uma perspectiva pluralista. Desta forma, será necessário permitir a participação do setor privado também especialmente nas instalações de infraestrutura e serviços sociais.

Outro instrumento que necessário para o Estado influir no desenvolvimento é a **Capacidade fiscal do Estado**. A capacidade fiscal adequada é vital para acelerar o desenvolvimento, porque um

sistema fiscal que funciona bem permite que o Estado invista no futuro do país, pague por serviços essenciais, como a educação, as infraestruturas na saúde, e também na segurança nacional e nos gastos sociais, além do que construa a confiança com seus cidadãos. O Aumento das receitas fiscais, as melhores condições de acesso ao mercado internacional de crédito, o aumento da eficiência dos gastos públicos resulta em bases fiscais mais amplas e robustas. Como resultado a região estará mais preparada para articular políticas públicas destinadas a diversificar e elevar a proteção e o padrão de vida da sociedade (Alicia B. e Narcís S. 2012, p. 12).

Em sua recente introdução ao tema da tributação e desenvolvimento, Besley e Persson (2013), ressaltam a importância do imposto para o financiamento dos serviços e investimentos necessários para o desenvolvimento econômico e social. É importante dizer que os recursos próprios dos países são fundamentais para o desenvolvimento, proporcionando maior parte do financiamento, mesmo nos países mais pobres, há potencial e necessidade de os governos cobrarem mais impostos e fazê-lo de forma mais eficaz, à medida que as economias crescem.

Da mesma forma que o benefício de desenvolvimento depende de impostos que estão sendo bem gastos para fornecer serviços públicos valorizados, não pode haver dúvida de que a fiscalização sem corrupção há uma relação com o desenvolvimento. Sistemas fiscais bem projetados podem minimizar as perdas de eficiência impostas pelos impostos e até mesmo aumentar a taxa de crescimento em modelos de crescimento endógeno, segundo Barro (1992).

Outro fator necessário para o desenvolvimento é **promover a democracia**. Partimos da ideia que o regime político influencia o desenvolvimento de um país, e que a democracia é uma forma de organização política em que o povo controla diretamente a gestão da sociedade, por meio dos votos e outros instrumentos legais, digamos assim que a democracia, permiti o acesso aos cidadãos para comunicar seus interesses ao aparelho estatal, favorece a eficiência do setor público e contribui para a melhoria do bem estar social. Nesse caso podemos dizer que a relação entre democracia e desenvolvimento é positiva e ocorre de forma instrumental.

Um Estado que no es capaz de hacer valer su legalidad sustenta una democracia con baja intensidad de ciudadanía. En la mayoría de las áreas marrones los países recientemente democratizados, se respetan los derechos políticos de la poliarquia. Por la general, los individuos pueden votar sin coerción directa el conteo de sus votos se realiza limpiamente; em principio, pueden crear casi cualquier tipo de organización, pueden expresar sus opiniones sin censura y pueden transitar libremente dentro y fuera del territorio nacional (Guillermo O' Donnell. 1995, p.40)

Numa democracia, a presença do Estado de direito deve ser exercida numa legalidade absoluta que garanta a proteção das liberdades fundamentais, um país que respeita a democracia é um país Estado do direito respaldado por um sistema judiciário forte e independente, isso traz os investimentos porque dará confiança. Nesse caso podemos dizer que a democrática é um dos instrumentos necessários para o Estado influir no desenvolvimento, por meio de órgãos institucionalizados que atuam de acordo com a lei e somente dessa forma, garantem que as autoridades públicas respeitem os direitos humanos fundamentais, individuais e coletivos.

O Estado na América Latina e no Haiti

Partimos no uma ideia que o Estado se define como o núcleo institucional permanente da autoridade política sobre a qual os regimes descansam e dependem, é permanente na medida em que o seu contorno e suas capacidades gerais permanecem constantes apesar das forças governantes (CENTENO, 2014). Pode ser institucionalizado, mas no ponto de visto de autor os Estados na América latina recebem características semelhantes, pois eles têm um grande problema institucional que afeta no seu desenvolvimento econômico, político e social.

Com isso podemos dizer que isso são os resultados de baixos rendimentos dos fatores que consideremos como necessários para o desenvolvimento como: A capacidade militar, promover a democracia, a capacidade Estatal, e a capacidade fiscal do Estado. Segundo Centeno (2014) na verdade a organização institucional não é mais adequada para promover a confiança, a má gestão e a alocação ineficiente de recursos são logicamente responsáveis pela descoordenação das políticas de desenvolvimento.

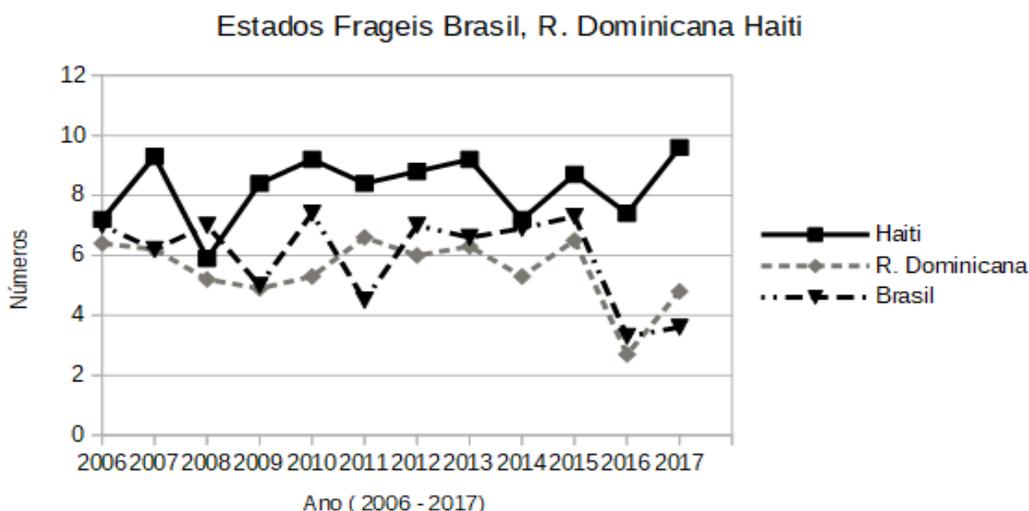
Os governos capazes de ser economicamente autossuficiente é, de fato, raro. O mesmo pode ser dito de muitos problemas como a fragilidade fiscal dos Estados latino-americanos tem sido extrema. Em geral, esses Estados tiveram que olhar para fora de suas próprias economias, ameaçando seu auto mineração nacional (Centeno 2014, p. 26). As arrecadações fiscais na América-Latina são muito fracas comparativamente com outros países e isso representa um grande problema, segundo Evans (1993) a capacidade fiscal do Estado é muito importante para o desenvolvimento, é uma oportunidade de investir mais nas infraestruturas, educação saúde e de mais.

Desde o século XIX até o início do século XX a capacidade do Estado da América Latina de manter o monopólio através de conluio ou territorialidade sempre foi suspeito. Neste caso podemos dizer que os Estados da América Latina não conseguem ter monopólio da violência que pode ser uma falta de investimento na força armada ou nos gastos sociais que é um problema da capacidade do Estado, uma vez que um crime for cometido, é igualmente difícil para o cidadão comum para se refugiar no sistema de justiça. Centeno (2014). Com isso podemos confirmar que há um grande problema de Estado do direito que tem como base a ineficiência da justiça e isto pode atrapalhar o investimento estrangeiro.

Para entender melhor a situação do Haiti trazemos aqui o Índice de Estados Frágeis (FSI) que é um ranking anual de 178 países com base nas diferentes pressões que enfrentam que impactam seus níveis de fragilidade. O Índice baseia-se na abordagem analítica proprietária do Sistema de Avaliação de Conflitos (CAST) do Fundo para a Paz. Com base na metodologia abrangente de ciências sociais, três fluxos primários de dados - validação quantitativa, qualitativa e especializada - são triangulados e submetidos a revisão crítica para obter pontuações finais para o FSI. Milhões de documentos são analisados a cada ano e, aplicando parâmetros de pesquisa altamente especializados, as pontuações são repartidas para cada país com base em doze indicadores políticos, sociais e econômicos fundamentais e mais de 100 subindicadores que são o resultado de anos de pesquisa especializada em ciências sociais.

Abaixo está o conjunto completo de dados do Índice de Estados Frágeis do Haiti, do Brasil e da República Dominicana de 2006 até 2017, onde sobre 178 países Haiti aparece em 12^a país como a maior fragilidade estatal, a República Dominicana 108^a e o Brasil está no 83^a:

Figura - 4 Índices de Estados Frágeis, Brasil R. Dominicana, Haiti (2006 – 2017)



Fonte: FSI Ranking anual

Com isso podemos confirmar que o Haiti não tem instrumento necessário para atingir o desenvolvimento, em decorrência de uma crise sociopolítica aguda que sofreu durante a maior parte do século XX. Esta crise continua até agora no novo século. Os problemas decorrem principalmente da ausência de um Estado capaz de desempenhar funções para atingir ao desenvolvimento como promover a democracia, reestruturar o Estado, proteger, ou seja, garantir a segurança nacional por meio de forças armadas e uma melhor arrecadação, fiscal.

A TRAJETÓRIA DA DÍVIDA EXTERNA NO HAITI

Neste capítulo falaremos sobre a história da dívida do Haiti e mostraremos também a divisão dessa história em fase. Depois daremos uma explicação para mostrar o motivo da dívida foi um obstáculo para o fortalecimento do Estado haitiano. A história da dívida pública haitiana se divide em três grandes fases até o final do século XX.

As origens da dívida haitiana no contexto da Independência (1825 - 1893)

Para entender melhor essa dívida é importante falar um pouco sobre a história do Haiti. O Haiti nos séculos XVI, XVII que conheceu como Santo Domingo uma das economias mais ricas do mundo, para isso foi chamado “*La Perle des Antilles*” por causa de sua riqueza.

O motivo dessa riqueza foi a capacidade exportar os produtos como: tabaco, índigo, algodão, café e cacau e açúcar e também a capacidade de importar os escravos da África. Segundo (James, 2000, p. 52), em 1767, Santo Domingo exportou 72 milhões de libras de açúcar bruto e 51 milhões de libras de açúcar refinado. 40% de todo o açúcar consumido em toda a Europa; 1 milhão de libras de índigo, 2 milhões de quilos de algodão e 60% de todo o café consumido em todo o mundo.

Santo Domingo tornou-se a joia do império colonial francês e forneceu à França mais da metade da riqueza que veio de todas as suas colônias combinadas. Os meios de subsistência de pelo menos 25 milhões de habitantes da França dependiam diretamente do comércio colonial centrado

em Santo Domingo. Esta produtividade extraordinária dependia de cerca de 800.000 escravos governados por meros 32.000 donos franceses. A independência haitiana, por sua vez, ocorreu em 1º de janeiro de 1804 rompeu com o sistema escravagista e possibilitou o nascimento do Haiti que se tornou a primeira República Negra do mundo e o primeiro país latino-americano a conquistar a independência.

Por outro lado, a França junto com outras potências econômicas, não aceitaram o Haiti como país independente. Por isso, depois duas décadas, mais precisamente no ano 1825, com Rei Charles X no poder, a França ameaça fazer uma invasão militar no Haiti com uma possível restauração da escravidão. Em uma decisão unilateral tomada pelo Rei Charles X obriga o Haiti a pagar 150 milhões de franco-ouro à França para que sua independência seja reconhecida (GAILLARD-POURCHET, 2019).

Neste caso, podemos dizer que essa dívida de 150 milhões de franco-ouro colocou o país em uma situação de atraso crônico e tirou toda a esperança e oportunidade para garantir o seu crescimento econômico.

Este montante foi calculado a partir do valor do rendimento dessas propriedades antes da eclosão das guerras de independência. Sempre foi efetivamente argumentado, inclusive pelo Estado haitiano, que disse que o valor não compensou os ex-colonos da perda, em 1793-1794, de seus escravos após a abolição da escravidão pelo governo francês (BRIÈRE, 2008). O governo de Broyer tinha obrigação de aceitar essa ordem para evitar uma possível invasão da França no Haiti, porque com o ultimato da França era que se governo Boyer recusasse, haveria o bombardeio à Port-au-Prince por 14 navios de guerra e 528 armas (GAILLARD-POURCHET, 2019).

Cabe salientar, que o valor deve ser avaliado com base em vários postos de observação e escalas de magnitude. Em termos de sua carga tributária, enquanto esse valor representa cerca de 15% da receita anual da França e corresponde a dez anos de receita fiscal do Haiti (GAILLARD-POURCHET, 2019). Lembrando que o Haiti acabara de sair da guerra para conquistar sua independência e com um bloqueio externo não tinha como pagar essa dívida. Com isso o presidente do Haiti começou a fazer empréstimo para pagá-la.

Em outubro de 1825 o Haiti emprestou 30 milhões de francos em um banco parisiense, esse valor foi dividido em 30.000 títulos de 1000 francos com uma taxa de juros de 6% ao ano. (BRIÈRE, 2006, p.127).

O consórcio Laffitte, aceitou emprestar para o Haiti 30 milhões de francos com uma taxa de juros 7.5% que considerou muito alta naquele momento, porém o consórcio Laffitte estava fazendo um bom negócio com o Haiti porque essa mesma quantidade foi emprestada com uma taxa de juros de 3% por ano (BRIÈRE, 2006, p.128). Nesse caso é possível confirmar que a primeira dívida externa do Haiti, dívida da independência, criou outra dívida. Nesse sentido, podemos chamar isso de ‘o ciclo da dívida haitiana’.

Em relação aos portos franceses, o Haiti tinha uma dependência comercial, o café, produzido principalmente por pequenos agricultores, pagava quase todos os impostos aduaneiros e esses fornecem quase $\frac{3}{4}$ do orçamento anual do Haiti. O volume de exportações de café haitianos, que limitam a 30.000 toneladas, dois terços desse volume no final do século XIX destinava-se aos portos franceses e informações não secundárias são transportadas para lá por frete marítimo que certamente não é haitiano.

Além disso, enquanto a França é o maior mercado de vendas haitianas, ocupa o segundo lugar, se não o terceiro lugar, para as importações do Haiti (BRIÈRE, 2006, p.220). Neste caso, podemos afirmar que os impostos haitianos diminuíram muito por motivos dessa dependência comercial, pois menos dinheiro entraram no caixa público, enfraquecendo muito a capacidade do Estado haitiano.

A segunda (1900- 1945) e terceira fase (1970-2010) da dívida no Haiti

A guerra civil assolou nos anos 1867-1870 o governo de Sylvain Salnave. Este conflito armado e a linha política de Salnave exacerbam as dificuldades em garantir o pagamento da "dívida da independência". A guerra certamente amplifica o número de "reivindicações" arquivadas com as autoridades haitianas por estrangeiros, incluindo franceses; além disso, e entre outras implicações, a orientação religiosa do poder mina a influência francesa dentro da Igreja Católica do Haiti. Esta guerra civil levou à partição do país em três estados até a execução do presidente Salnave em janeiro de 1870 (Gaillard-Pourchet, 2019, p.8)

Depois de uma longa trajetória a pagar a dívida da independência esse dinheiro que saiu na caixa do Estado e na diminuição dos impostos, lógico esse dinheiro poderia investir para fortalecer as instituições haitiana e fazer o Estado mais presente na vida dessa população e investiu na infraestrutura para fortalecer a produção. Mas como o Estado haitiano tinha uma obrigação de pagar a dívida isso impactou economicamente e politicamente a sociedade haitiana, até mesmo ocasionou a guerra civil no país.

Segunda Gaillard-Pourchet, esse assunto da dívida era muito frágil além da guerra civil até mesmo o governo que derrubou pelo esse assunto como no caso do Davilmar Theodore (novembro de 1914 a fevereiro de 1915) anunciou que estava considerando interromper o serviço da dívida externa seu governo caiu algumas semanas depois dos ataques dos rebeldes, os cacos.

Fuzileiros navais se preparam para pousar no Haiti usando o pretexto do caos depois um momento muito difícil que marcou o país durante o século XIX onde o Haiti para de investi nas instituições: infraestruturas, produção. Investiu nos gastos para pagar a dívida o que ocasionou guerra civil no país (Gaillard-Pourchet, 2019, p.16).

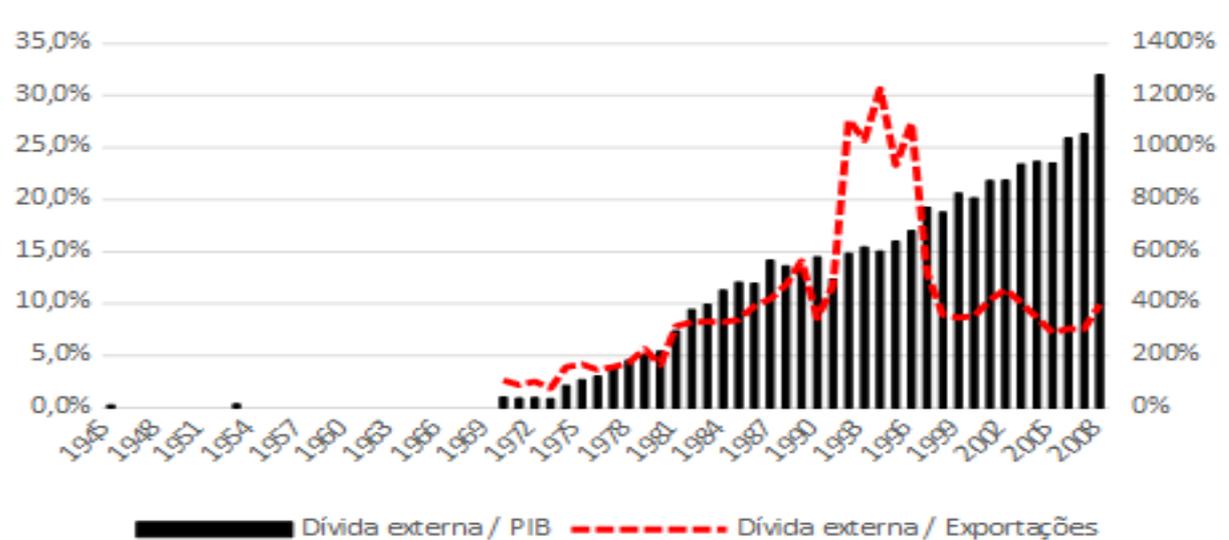
Com uma economia quase não existente, pois em 1908, 84% dos direitos aduaneiros do Haiti vieram do café e quase todo ele deve ser absorvido pelo pleno serviço da dívida pública 51,1% à dívida externa, 46,6% para a dívida interna (Gaillard-Pourchet, 2019, p. 119). Em 1875 com a pedindo do presidente Michel Domingue, em 1908 o presidente Tirésias Simon Sam na década do ano 1900 recebeu um empréstimo financeiro para reequilibrar sua economia foi a segunda fase da dívida do Haiti

Nessa mesma segunda fase dessa dívida, a ditadura de François Duvalier que chega no poder em 1957, com a ajuda dos Estados Unidos, isso marcou totalmente e durou até 1986, quando seu filho Jean-Claude foi expulso do poder, nesse tempo da ditadura a dívida externa do país tinha um crescimento exponencial, entre 1957 e 1986, a dívida externa aumentou em 17,5. (Brière, 2006, p. 27).

Para compreender a terceira fase, resulta relevante observar o gráfico 7. Percebe-se que no gráfico de 1970 em diante, a dívida haitiana em relação ao PIB e em relação a exportação cresceu exponencialmente, neste caso é importante saber o que estava acontecendo no Haiti. A metade do ano 1980 o Haiti foi marcado pela transformação política e econômica e também porque é a saída do ditador Duvalier e é o início de sistema neoliberal no Haiti.

Na década de 1960 houve uma expansão de dólar segundo Talvarez (2002) e muitos países na América latina obtiveram empréstimo de dólar com uma taxa de juros baixa, esse momento se chama "Momento do desenvolvimento na América Latina". Mas no caso do Haiti é diferente porque o dinheiro que Haiti recebeu foi para pagar dívida e não para investir na infraestrutura e na indústria como fizeram outros países do continente.

Figura – 5 Dívida externa do Haiti



Fonte: MoxLad

Mas, depois os Norte Americanos decidiram aumentar a taxa de juros, isso gera uma crise da dívida pelos países, inclusive o Haiti. Também é esse o motivo que depois de 1972 a dívida externa do país vem crescendo exponencialmente.

A dívida externa pública explodiu entre 1970 e 2009. De US\$ 43 milhões em 1970, a dívida externa pública subiu para US \$ 1.884 milhões em 2008. É importante dizer que entre 1970 e 2007 o estoque da dívida aumentou 32 vezes. Enquanto isso, o Haiti pagou 39 vezes o equivalente ao que devia em 1970. O que divide são os ciclos dos pagamentos, exemplo: quando o Haiti começou a pagar a França em 1825 e terminar de pagar no 1893 isso pode se considera como um ciclo. O outro ciclo começar na década do 1900 mais precisamente no 1908 com o empréstimo do presidente Michel Domingue, como já mencionado, e terminar de pagar no ano 1945 e por fim de 1970 até 2010, com anulação da dívida do Haiti depois o terremoto

A década de 1980 no Haiti foi marcado por uma grande mudança política com a saída do ditador Duvalier e o início do primeiro programa de ajustamento estrutural, que levou à liberalização das taxas de juro, da reforma bancária e dos regulamentos repatriação de lucros de empresas transnacionais para empresas-mãe fora do e menores quotas de importação e tarifas (PAPDA, 2015, p.21)

Digamos assim, o país deve abrir as suas barreiras aduaneiras a produtos de outros países, os dos Estados Unidos. O governo haitiano aceita assim a perpetuação da interferência norte-americana. A liberalização e o rigor orçamental serão os seus dois novos leitmotifs. Entre 1986 e 1990, a despesa pública foi em média de 17% do PIB, em comparação com 20% entre 1976 entre 1991 e 1995, caíram para 10,41%. (IHSI, 2012, p. 25)

Falando sobre ajuste estrutural e políticas neoliberais é importante falar sobre o Consenso de Washington que apresentava algumas regras baseadas na abertura comercial com o afrouxamento da economia e o desaparecimento de algumas restrições econômicas, o modelo propunha também uma reforma econômica e tributária ancorada na disciplina fiscal e ainda, na redução dos gastos públicos. Uma importante característica do Consenso estava na privatização das estatais. Além disso, e com foco no mercado, o plano visava controlar a taxa de juros e incentivar as importações entre os países. Havia uma ideia de expandir esse conjunto de reformas para os países subdesenvolvidos, com foco no combate à pobreza, na modernização e no crescimento da industrialização.

Com isso, o Estado haitiano privatizou 9 empresas públicas, dentre elas: uma empresa da telecomunicação (TELECO), Banco Nacional do Credito (BNC) e autoridade portuária nacional

(APN). Essas empresas são muito importantes e recolhem impostos (FICHE PAYS, 2015, p.4). Com isso o governo haitiano não está mais autorizado a definir suas tarifas livremente.

Em 1995, o FMI obriga o Haiti a reduzir impostos sobre arroz de 35% para 3%⁹. Assim produtos agrícolas do Norte, muitas vezes fortemente subsidiado, pode então inundar o mercado haitiano a preços abaixo da produção local, que penaliza severamente toda a economia haitiana. Foi assim o período 1995-2003, o valor das exportações do Estado haitiano é dividido por 7, de US\$ 25 milhões para US\$ 3,5 milhões (IHIS, 2012, P.34)

Até aqui, espera-se ter oferecido uma breve explicação contextualizada de como os problemas sociais e econômicos se deram no Haiti.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, buscou-se compreender se há uma relação entre a dívida externa do Haiti e o sobre desenvolvimento no país. Considerando a primeira dívida que o país conheceu é a dívida da independência, onde o Haiti tinha uma obrigação de pagar um dinheiro que ele não emprestou e demorou mais que um século para pagá-lo sem dúvida isso fará um impacto na economia do país, porque mandar dinheiro para fora isso reduzir a circulação interne. Além disso que o dinheiro que pagou essa dívida saiu na bolsa do Estado, e o dinheiro do Estado é o dinheiro público que deveria se investir na educação, na saúde, na defesa nacional, nas políticas públicas, nas instituições públicas para fazê-las mais eficiências e mais fortes, e também nas infraestruturas.

Esse valor de 150 milhões de franco que o Haiti deveria pagar para França que corresponde a dez anos de receita fiscal do Haiti Gust-klara Gaillard-Pourchet (2019), onde os governos do Haiti fazem empréstimo com taxa de juros alta para pagá-la. Digamos assim fazer dívida para pagar dívida.

Considerando os impactos negativos que essa dívida teve nas recitas fiscais do país

O Haiti tinha uma dependência comercial, o café, produzido principalmente por pequenos agricultores, fornece quase todos os impostos aduaneiros e estes fornecem quase três quartos do orçamento anual do Haiti. e o volume de exportações de café haitianos, que limitam a 30.000 toneladas, dois terços desse volume no final do século XIX destina-se aos portos franceses e informações não secundárias são transportadas para lá por frete marítimo que certamente não é haitiano. Além disso, enquanto a França é o maior mercado de vendas haitianas, ocupa o segundo lugar, se não o terceiro lugar, para as importações do Haiti (Brière, 2006,p.22)

Em 1908, 84% dos direitos aduaneiros do Haiti vieram do café e quase todo ele deve ser absorvido pelo pleno serviço da dívida pública (51,1% à dívida externa, 46,6% para a dívida interna). Se a anuidade da dívida pública fosse plenamente honrada, menos de 3% permaneceriam disponíveis para o tesouro público (Gaillard-Prouchet, 2019, p.119)

Neste caso podemos confirma que os impostos haitianos diminuam muito por motivos dessa dependência comercial, porque menos dinheiro entraram na caixa público isso que pode diminuir também na capacidade do Estado haitiano.

E considerando também os impactos que essa dívida esteve nos planos sociais e políticas do país porque a guerra civil que assolou nos anos 1867-1870 o governo de Sylvain Salnave. Este conflito armado e a linha política de Salnave exacerbam as dificuldades em garantir o pagamento da "dívida da independência". A guerra certamente amplifica o número de "reivindicações" arquivadas com as autoridades haitianas por estrangeiros, incluindo franceses; além disso, e entre outras implicações, a orientação religiosa do poder mina a influência francesa dentro da Igreja Católica do Haiti. Esta guerra civil levou à partição do país em três estados até a execução do presidente Salnave em janeiro de 1870 (Gaillard-Pourchet, 2019, p.8)

Ainda mais, no início de 1915, seguindo, entre outras coisas, a perda do mercado francês de café haitiano devido à guerra na Europa, o governo Davilmar Theodore (novembro de 1914-fevereiro de 1915) anunciou que estava considerando a interrupção do serviço da dívida. Externo. Seu governo caiu algumas semanas depois, ataque dos rebeldes caco. Fuzileiros navais americanos se preparam para entrar no Haiti usando o pretexto do caos. Isso foi feito em 28 de julho de 1915, um dia após o linchamento do chefe de Estado Vilbrun Guillaume Sam (março-julho de 1915). (Gaillart-Prouchert 2019, p.118).

Neste caso podemos dizer que a baixa capacidade de receita fiscal do Haiti que ocasionou a fraqueza institucional no país que possibilitou a invasão estrangeira no Haiti é o resultado da dívida externa do Haiti. Então é com esse resultado que hoje existir um Haiti onde o Estado haitiano não consegue entrar no processo de desenvolvimento do país. Sabemos que o Estado é indispensável para o desenvolvimento porque o governo tem um papel muito importante nas atividades produtivas e através de suas políticas monetárias e fiscais estão orientando a direção das atividades econômicas, Também determina a distribuição de bens e serviços na economia, manter os serviços públicos, influenciar o uso de recursos, influenciar a distribuição de renda, controlar a quantidade de dinheiro, controlar as flutuações, garantir o pleno emprego e influenciar o nível de investimento. Neste caso podemos concluir para dizer que sim há uma relação entre a dívida externa do Haiti e o sobre desenvolvimento do país.

REFERÊNCIAS

- BUSS, M. TERRY, F “Haiti **GDP to shrink but government says revenue recovering.**” Reuters, 2010.
- ARCHITECTES DE L’URGENTE. **Haiti: cyclone Jeanne – setembro 2004.** Acesso em 13/11/18
- AZEVEDO, E. R.; HERBOLD, H. **Caribe: o paraíso submetido.** São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BARROS, J. **Haïti de 1804 à nos jours.** Paris: L’Harmattan, 1984.
- Barros, Jacques. "PIERRE-CHARLES, Gérard, **L’économie haïtienne et sa voie de développement.** **Maisonnewe et Larose,** décembre 1967. 270 p."Revue d'histoire de l'Amérique française 22.1 (1968): 104-108.
- BASTIEN, Y. R.; **COMEAU JR, L. Crise du développement em Haiti: pour sortir de l’impasse.** Haiti Perspectives, vol. 1. no 1. Printemps 2012.
- BATISTA, J. M. **A evolução da economia: uma abordagem histórica sobre os princípios modelos, teorias e pensadores.** RENEFARA - Revista Eletrônica de Educação da Faculdade Araguaia - ISSN: 2236-8779, 2012. Disponível em:<<http://www.fara.edu.br/sipe/index.php/renefara/articulo/view/68>>.
- BENOT, Y. **Haiti et la Révue encyclopédique.** In: HOFFMANN, L-F; FLEISCHMANN, U; GEWECKE, F (Dir). **Haïti 1804: Lumières et ténèbres: Impact et résonances d'une révolution.** Madrid: Iberoamericana, 2008, p. 99-112
- BETHELL, L. **História da América Latina: Da independência a 1870.** Vol. III, Leslie Bethell organizador, tradução Maria Clara Cescato. Ed.,3. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL: uma resenha.** in: Cinquenta anos de pensamento na CEPAL-Rio de Janeiro: Record/CEPAL, 2000-v. 1, p. 13-68, 2000.
- BOOTH, W. **Embargo leaves Haiti’s economy down but not out.** The Washington Post, August 10, 1994.
- CARDOSO, Fernando Enrique; FALETTO, Enzo. Subdesarrollo, periferia y dependencia. **RM Marini y M. Millán (comp.) La teoría social latinoamericana.** Distrito Federal, México: UNAM, 1994.
- CARLOS, Maricharl. **História Mínima de la Deuda externa de latinoamerica.**El colegio de Mexico. 2015
- CAROIT, Jean-Michel. “**René Preval: la communauté internationale a confiance.**” Le Monde, February 2, 2010.
- CHUDAC **La crise haitienne contemporaine: retrospective et perspective dans la saisie du point critique d’aujourd’hui: une lecture d’historien-politologue.** Collection Port-au-prince: Media-texte, 2009.
- CNMAI. **Haiti dans l’impasse des politiques de libéralisation commerciale: l’opportunité d’un Moratoire aujourd’hui.** La Coalition Nationale pour un Moratoire sur les Accords Internationaux. Campagne pour un moratoire sur les accords de libéralisation commerciale en Haiti. Décembre, 2011.

- COUTO, J. M. **O pensamento desenvolvimentista de Raúl Prebisch**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 16, n. 1 (29), p. 45-64, abr. 2007.
- DE LAS CASAS, F. B. **Histoire des Indes I**. Le Seuil, 2015.
- ETIENNE, H. M. **Analyse des contraintes majeures à la croissance économique en Haïti (1980-2010)**. Université de Port-au-prince, Novembre 2014.
- ETIENNE, J. F. **L'église et la révolution des esclaves à Saint-Domingue (1791- 1804)**. Histoire, monde et cultures religieuses, 2014/1 (n° 29), p. 15-32.
- EUGENE, I. **La normalisation des relations franco-haïtiennes (1825-1838)**. Outremer, tome 90. no 340-341, 2e semestre 2003. Haïti première République noire. p. 139-154.
- FURTADO, C. **A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos**. São Paulo: Companhia das letras, 2007.
- GALEANO, Eduardo H. **As veias abertas da América Latina**. Trad. Sergio Faraco. Porto Alegre, RS: L&PM, 2014, 392 p, ISBN: 9788525420695.
- GUNDER FRANK, André, "La tesis del desarrollo del subdesarrollo".
- GUSTI-KLARA, G. **Haïti-France. Permanences, évolutions et incidences d'une pratique de relations inégales au XIXe siècle** », La Révolution française [En ligne], 16 | 2019, mis en ligne le 20 juin 2019, consulté le 22 juin 2019. URL : <http://journals.openedition.org/lrf/2844> ; DOI : 10.4000/lrf.2844
- HARVERY, D. **A Brief History of Neoliberalism**. Oxford, Oxford University Press. 2005
- HEINL, R. D; HEINL, N. G. **Escrito em sangue: A história do povo haítiano**. Cidade: Editora, 1978.
- HOFFMANN, Léon-François. **Faustin Soulouque d'Haïti**. Editions L'Harmattan, paris, 2007.
- IHSI. **Les comptes économiques en 1996**. Institut Haïtien de Statistique et d'informatique. Publication annuelle de l'IHSI, 1997.
- JACQUES, BARROS. "Gérard Pierre-Charles, **L'économie haïtienne et sa voie de développement**." Tiers-Monde 9.35 (1968): 984-987.
- JAMES, C. L. R. **Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos**. Perdizes: Boitempo, 2000.
- JULIEN, C. **L'empire américain**. Paris: Éditions Bernard Grasset, 1968.
- Kemedjio, Citas. "Du bateau négrier à l'avion négrier: Haïti, les puissances esclavagistes et le monde noir: Haïti à l'ère du bicentenaire de l'indépendance (1804-2004)." *Présence francophone* 64 (2005): 101-130.
- LIST, F. **Le système national d'économie politique**. Traduit par Henri Richelot. 2e Ed. Paris: Capelle, Librairie-éditeur, 1857.
- MADIOU, Thomas. **Histoire d'Haïti (Port-au-Prince: Courtois) reprint (1987– 91)(Port-au-Prince: Henri Deschamps)** vol. 3. The text of the generals' proclamation mentions Jean-Jacques Dessalines, 'the governor general of Haiti for life, p. 151, 1803
- MANIGAT, L. F. **L'Amérique Latine au XXe. siècle: 1889-1929. Mexico**: Éditions du Seuil, 1991.
- McAfee, K. **Storm Signals: Structural Adjustment and Development Alternatives in the Caribbean**. London, Zed Books. (1991)
- MELODY, F. **Construcción del outro haítiano: apuntes sobre la ocupación estadounidense de Haïti 1915-1934**. V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires, 2010.
- MICHELINE, Labelle. **Ideologie de couleur et classes sociales en Haïti**. Montréal, les presses de l'Université de Montréal, 1978.
- Paul, Bénédicte, Alix Dameus, and Michel Garrabe. "Le processus de tertiarisation de l'économie haïtienne." *Études caribéennes* 16 (2011).
- Paul, Bénédicte, Christian Poncet, and Delphine Vallade. "Capital institutionnel et économie sociale et solidaire: Quel cadre institutionnel pour le développement de l'économie sociale et solidaire en Haïti?." *Haïti Perspectives* 3.3 (2014): 27-30.
- POZO, José del. **História da América Latina e do Caribe: dos processos de independência aos dias atuais**. Petrópolis: Vozes, 2009. 398 p. ISBN: 9788532639226.
- PREBISCH, Raúl et al. **O manifesto latino-americano: e outras ensaios**. Contraponto, 2011.
- Ramiro Guerra "Latifundio, esclavitud y dependencia económica".
- SAID, Edward. **Imperialismo e cultura**. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SEGUY, F. **A catástrofe de janeiro de 2010, a "Internacional Comunitária" e a recolonização do Haïti**. Campinas, SP: Unicamp, 2014
- SOUZA, N. A. **O neoliberalismo e o Consenso de Washington**. In: *Economia Internacional Contemporânea*, São Paulo: Ed. Atlas, 2009. p. 122-145
- UNIVERSITÉ DE SHERBROOKE. **Perspective monde: profil économique de Haïti**. 2017. In *perspective monde de l'université de Sherbrooke*. Statistiques. Disponível em: <http://perspective.usherbrooke.ca/bilan/statistiques/2> Acesso em 24/11/2049

VILLELA, Gabriel M. R. **Uma breve análise da história econômica do Haiti. Opino** – Revista de Ciências Empresariais, Políticas e Sociais, Canoas/RS N 21 - Jul./Dez. 2008.

WORLD BANK GROUP. **Doing business 2019: Training for reform**. 16th Edition. Disponível em:

https://www.worldbank.org/content/dam/doingBusiness/media/Annual-Reports/English/DB2019-report_web-version.pdf . Acesso em: 22/10/19

WORLD BANK IN HAITI. **Overview**. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/country/haiti/overview> Acesso em:23/10/19